

Em 1981, um preço alto pelo crescimento de 80

MILANO LOPES
Da sucursal de Brasília

A economia brasileira, em 1981 foi marcada pela recessão: queda do produto, retração nos investimentos globais — especialmente da indústria — e elevados índices de desemprego, foi o preço pago pelo crescimento de 8% em 1980, promovido às custas da inflação e do aumento da dívida externa.

Em setembro de 1979, quando a inflação estava contida à taxa anual de 40%, o presidente da República decidiu acelerar a economia, atendendo aos "desenvolvimentistas", que exorcizavam a ameaça de recessão. No início de 1980 a economia funcionava a plena carga, os consumidores disputavam avidamente os produtos em lojas e supermercados, a indústria exibia nível de crescimento só comparável aos dos melhores anos do "milagre" do início da década dos 70.

Quando chegou o final do

ano, a taxa de inflação atingira 110,02% e permaneceu em ascensão, alcançando 120,2% no primeiro quadrimestre de 1981. Ao mesmo tempo a poupaça interna descia ao seu mais baixo nível e, consequentemente, crescia a dependência dos dólares. Diante de tal quadro, os banqueiros internacionais, especialmente os alemães, passaram a pressionar o Brasil para que recorresse ao Fundo Monetário Internacional em busca de recursos de subsistência. Em seus portfólios, diziam os banqueiros, não existia mais espaço para a colhida de novos empréstimos ao Brasil.

O governo não teve alternativa senão voltar à situação vigente em setembro de 1979, porém com um complicador: como havia pisado no acelerador no momento errado, era necessário pisar mais fundo no freio. E isso foi feito de forma competente, conforme demonstram os resultados apurados no final do ano.

A inflação começou a decli-

nar; o ano encerrou-se com uma taxa de 95,2, mais de 25 pontos percentuais abaixo do período mais crítico; a balança comercial fechará com superávit de cerca de US\$ 1,2 bilhão, US\$ 200 milhões acima da expectativa do próprio governo; o mercado financeiro internacional readquiriu confiança no País, tanto que se admite a próxima redução do "spread" (taxa de risco). Outros ganhos são obtidos na frente energética, com a estabilização das importações de petróleo (em valor) e o rápido aumento da produção interna.

Em troca desses avanços o produto industrial deve ter caído 10%, e a queda atingiu também os demais setores da economia, com exceção da agricultura. Essa, protegida pelo bom tempo e alimentada por uma formidável massa de subsídios, em sua maior parte de origem inflacionária, colheu a sua segunda grande safra consecutiva, acima de 52 milhões de toneladas de grãos.